


Cocriação de espaços políticos entre diferentes: uma experimentação democrática em Porto Alegre

Co-creation of political spaces among diverse people: a democratic experiment in Porto Alegre

Valeria Gianella¹ 
Adriane Ferrarini² 

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2025v10n1.69823

Recebido em: 02/04/2024
Aprovado em: 20/01/2025

Resumo: Em meio à crise democrática que assola o nosso tempo, experiências participativas produzidas para além das fronteiras da institucionalidade indicam formas de fortalecimento da democracia local, como a experiência do Congresso Popular de Educação para a Cidadania (CPEC), realizado em Porto Alegre desde 2022 por coletivos cidadãos em comunidades periféricas. O objetivo deste artigo é analisar o CPEC como experimentação democrática de cocriação de espaços políticos entre diferentes, indagando suas potências e limites para a inclusão de vozes periféricas na democratização da cidade. Em última instância, almejamos aprender, com esta e outras tantas práticas populares em curso, como contribuir com o novo ciclo participacionista no Brasil. A metodologia compreendeu a participação observante, entrevistas individuais e grupais com articuladores dos coletivos envolvidos e atuantes no CPEC, bem como análise de relatórios e materiais audiovisuais. No diálogo entre a experiência vivida e referenciais teóricos sobre experiência integral e pública, concluímos que o CPEC produziu mobilização, participação e pertencimentos, transformação pessoal e social, representando uma rede subterrânea de vínculos sociais e capacidades sociopolíticas que tendem a compor parte da base de uma nova geração de inovações democráticas em Porto Alegre.

Palavras-chave: democracia; participação; experimentalismo democrático; vozes periféricas; metodologias integrativas.

¹ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) – E-mail: valeria.giannella@csc.ufsb.edu.br

² Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – E-mail: adrianeFerrarini@gmail.com

Abstract: In the midst of the democratic crisis that is plaguing our time, participatory experiences produced beyond the borders of institutionality indicate ways of strengthening local democracy, such as the experience of the Popular Congress of Education for Citizenship (CPEC), held in Porto Alegre since 2022 by collective citizens in peripheral communities. The objective of this article is to analyze the CPEC as a democratic experiment in the co-creation of political spaces between different people, questioning its potential and limits for the inclusion of peripheral voices in the democratization of the city. Ultimately, we aim to learn, from this and many other ongoing popular practices, how to contribute to the new participationist cycle in Brazil. The methodology comprised participant observation, individual and group interviews with organizers of the collectives involved and active in CPEC, as well as analysis of reports and audiovisual materials. In the dialogue between lived experience and theoretical references about integral and public experience, we conclude that CPEC produced mobilization, participation and belonging, personal and social transformation, representing an underground network of social bonds and sociopolitical capabilities that tend to form part of the basis of a new generation of democratic innovations in Porto Alegre.

Keywords: democracy; participation; democratic experimentalism; peripheral voices; integrative methodologies.

1. INTRODUÇÃO

O debate público e acadêmico sobre democracia tem se intensificado nos últimos anos diante de processos de erosão progressiva do sistema democrático, no Norte e Sul global, descritos através de conceitos tais como: morte da democracia, crise democrática, desdemocratização, recessão democrática ou pós- democracia (Levitsky e Ziblatt, 2018; Santos, 2009). A América Latina, apesar de considerada um berço de inovações políticas e sociais, revela a fragilidade de suas instituições democráticas em meio à forte tradição patrimonialista, neoclientelista e paternalista, assim como a persistência de abissais desigualdades e altas taxas de pobreza (Pleyers, 2010; Ferrarini, 2016; Hoffmam, 2020).

O Brasil não pode ser compreendido fora do contexto latino-americano. A partir do marco da Constituição Federal de 1988, o país se destacou internacionalmente pela experimentação participacionista. No entanto, este modelo mostrou importantes limitações e incapacidade de captar instâncias e reivindicações de vastas camadas de uma população tradicionalmente

excluída e de ampliar a cultura democrática e de participação popular no país, nos levando a indagar sobre o quão representativas são as instâncias participativas (Brasil, 2012; Giannella, 2020).

É na inclinação pelo referencial e por práticas de uma democracia de alta intensidade, inclusiva e participativa, que debateremos o Congresso Popular de Educação para a Cidadania (CPEC), uma experimentação democrática em curso protagonizada por dois coletivos cidadãos de Porto Alegre - o *Poa Inquieta* e o *POntA Cidadania* - desde 2022 através da realização de eventos em comunidades com o objetivo de escutar vozes periféricas e ativar a cidadania esquecida. Nosso objetivo neste texto é analisar o CPEC como experimentação democrática de criação de espaços de interação e convivência entre diferentes, indagando suas potências e limites para a inclusão de vozes periféricas na democratização da cidade. Em última instância, almejamos aprender com alternativas populares que possam ampliar o novo ciclo participacionista no Brasil. A metodologia compreendeu participação observante (Wacquant, 2002), entrevistas individuais e grupais com articuladores dos coletivos atuantes no CPEC e análise de relatórios e materiais audiovisuais.

Este trabalho é fruto do diálogo entre a experiência vivida e referenciais teóricos que nos permitiram iluminar aspectos cruciais dela, como o conceito de experiência pública (Peres, 2020) e integral (Giannella & Martins, 2020; Giannella, 2023) a partir de um marco pragmatista (Dewey, 2010). Na seara desse trabalho analítico e reflexivo, consideramos ainda a imbricação entre mente/corpo e razão/emoção (Ferrarini, 2016), a singularidade e plenitude resultante dessa imbricação e a possibilidade de exercício de autonomia e autogerenciamento de fins e meios, como os principais motivadores da ação individual e coletiva. O texto discorrerá na primeira seção sobre o contexto de crise democrática brasileira e de busca pela retomada de um ciclo participacionista, aprofundando a discussão teórico-epistemológica na segunda seção. A terceira seção apresentará a experiência e, a quarta, uma análise de seus avanços, limites e aprendizagens.

2. CRISE DEMOCRÁTICA E RETOMADA DO PROJETO PARTICIPATIVO

Os anos entre 2016 e 2022 serão lembrados, na história política do Brasil, por eventos como o golpe parlamentar e a eleição de um presidente manifestamente antidemocrático, que engendraram um processo de paulatino desmonte do arcabouço participativo construído em estações políticas anteriores. A agudez da crise democrática, percebida por um público que extrapolou o mundo da academia (Levitsky & Ziblatt, 2018; Diamond, 2015) levou a indagações aparentemente simples, mas difíceis de se responder: o que é realmente uma democracia? Em que se substancia uma sociedade dita democrática? A democracia é um fim ou um meio? Ela pode ser considerada um valor em si? (Mignolo, 2014). E, considerando sociedades do Sul global: vivemos num Estado democrático? Se sim, de que democracia estamos falando? As categorias, democracia de “baixa” e de “alta intensidade” (Santos, 2009) nos socorrem aqui, sendo a primeira correspondente a um ideário liberal-elitista em que a prática democrática é apenas formal e não impede a persistência do fenômeno da exclusão radical, enquanto a segunda remete à ideia de democracia substantiva, capaz de se tornar uma “forma de vida” (Dewey, 1927) que universaliza o acesso aos direitos básicos, à autodeterminação e à voz.

Falando desde a cidade onde surgiram experiências participativas institucionalizadas de impacto para além das fronteiras nacionais, a atual emergência de um conjunto de experiências que ganham corpo fora dos moldes da institucionalidade - como o CPEC - faz sentido quando consideramos os limites da participação institucionalizada. A análise desses limites foi objeto de extensa literatura (Avritzer, 2011; Cunha et al., 2011; BRASIL, 2012; Giannella, 2018, dentre muitos outros) e variados estudos de caso. Junto com Tatagiba (2003) e Dagnino (2004), reconhecemos que o conceito e as práticas de participação institucionalizada foram objeto de disputa entre projetos políticos concorrentes: o neoliberal e o progressista. Mesmo no período em que tais práticas foram sustentadas por expectativas, investimentos políticos e mobilização popular massiva, elas esbarraram em limites estruturais impostos por elementos complexos, como: a) padrões

arraigados de relação entre Estado e sociedade, de cunho marcadamente elitista e patrimonialista; b) modalidades de funcionamento da burocracia de tipo tradicional e tendencialmente autorreferenciais; c) cultura política brasileira, marcada pelo autoritarismo e paternalismo; d) objetivas dificuldades de inclusão, nos dispositivos participacionistas, daqueles segmentos sociais programaticamente mantidos em condições de marginalidade e violação de direitos fundamentais.

O manancial de pesquisas acumulado nas últimas três décadas, voltado a indagar e fortalecer este fundamental movimento de inovação democrática, reconheceu desde cedo - e repetidamente - que “[...] estruturas patrimoniais e autoritárias podem conviver de forma mais ou menos ‘pacífica’ com a nova dinâmica introduzida pelos arranjos participativos” (Tatagiba, 2003, p. 14). Entrando numa descrição microsociológica, Marcelo Silva destacava, já em 2001, que:

O padrão de relacionamento clientelista e a concepção pejorativa da política, fruto de uma experiência fundada numa longa trajetória sócio-histórica, constituem um habitus que se contrapõe de forma vigorosa aos discursos e práticas de organização, mobilização e participação política. E isto não por uma “falta de consciência” ou “atraso” da população, conforme tendem a sustentar determinadas abordagens “elitistas”, mas porque esta população aprendeu através de sua experiência que a “política” é algo negativo (e, de fato, para ela geralmente o foi). (ibid. p. 31)

Afirmações desta natureza se mantêm atuais e contribuem à compreensão da crise democrática brasileira. Entretanto, nos interessa entender a forma como esta consciência pode contribuir na tarefa de efetivar a nossa democracia, que segue indispensável e urgente. Pesquisas e vivências acumuladas sobre Instituições Participativas (IPs) as descrevem como importantes “palcos públicos” na luta para a radicalização da democracia, porém frequentemente reprodutoras de exclusões e hierarquias próprias da sociedade como um todo. As formas de racionalização e relativa burocratização das IPs facilmente afastam um vasto leque de sujeitos que não se reconhecem nestes formatos, têm dificuldades ou não aceitam abandonar as próprias formas de ação, de linguagens, de imbricação entre decisão política

e prática comunitária culturalizada e ritualizada. Reconhecemos que, nestes espaços, o abismo entre poderes, o domínio de *expertises* técnicas e a persistente predominância de racionalidades de tipo instrumental, tornam equivocado o apelo aos ideais deliberacionistas, baseados na hipótese não verificada da existência de igual poder de fala e capacidade de se fazer valer na luta para impor “os melhores argumentos racionais”.

Tais argumentos são debatidos desde os primórdios e ao longo da estação participacionista dita progressista, mas diante do desmonte sistemático de mecanismos e instâncias participativas, fomos empurradas a observar, além das bravas tentativas de resistência e defesa do modelo participacionista, o tanto de ação que existia fora da institucionalidade. Nos referimos à ação de uma multiplicidade de coletivos (Pleyers, 2010; Hoffmam, 2020; Gaiger, 2020; Ferrarini, 2022), redes, teias (Giannella, 2018; Lima, 2022; Ferreira, 2021) e laboratórios (Giannella & Martins, 2020; Moraes & Parra; 2020), ativos tanto em contextos urbanos quanto rurais. Chama atenção a forma como tais experiências criticam (explícita ou implicitamente) a limitação dos resultados das IPs, a sobrevivência de formas de decisão política de cunho autoritário e a permanência de camadas extensas de população sem acesso a direitos básicos. O que estes sujeitos sociais afirmam é que eles desconhecem e não gozam da democracia cujo fortalecimento nós invocamos e que o Estado é para eles, muitas vezes, um inimigo contra o qual se proteger. Por conta disso,

[...] falar dos coletivos nesse trabalho [...], implica necessariamente pensar novas formas de constituição do sujeito na atualidade e, com isso, apresentar novas subjetividades que não se colocam na arena política e social dentro das estruturas, formas e práticas engendradas seja pelo Direito, pelo Estado, ou pela sociedade até aqui (Hoffmam, 2020, p. 17).

Todavia, reconhecer a alteridade desses sujeitos com relação a categorias analíticas mais consolidadas não significa que eles recusem sistematicamente a possibilidade de se relacionar com o Estado. Eles negam o Estado como centro necessário da ação política, o que permite a declinação de ações “contra” o Estado, “para além” do Estado e – eventualmente – “com” o Estado (Souza, 2010; Oliveira, 2021). Ou seja, eles buscam aproveitar as

brechas de ação possíveis entre o Estado e o mercado e, se for o caso, cooperar com ambos sem perder sua postura crítica e autonomia (Souza, 2010; Oliveira, 2021).

Mesmo cientes do atual desafio de um governo de amplíssima coalizão, cabe retomarmos análises sobre os limites da participação institucionalizada e abraçarmos o vasto campo das experimentações democráticas protagonizadas por sujeitos situados às margens destas instituições. A pergunta sobre “quão representativas são as instituições participativas” nos repropõe o problema de abarcar o que ficou fora das fronteiras, sem naturalizá-las. Se, como sugerido por Perez (2010), as IPs podem ser entendidas como arenas extraparlamentares de representação, precisamos encarar a tarefa de ultrapassar seus limites, da mesma forma que fizemos com respeito aos limites da representação parlamentar, evitando e revertendo o desperdício de experiências públicas que ocorre fora do seu alcance.

Acolhemos o desafio de repensar o modelo consolidado de participação e reconhecer outras experiências públicas em que os sujeitos não são apenas convidados – e, portanto, obrigados a aceitarem as regras postas pelos “donos de casa” – mas podem criar espaços regradados por eles mesmos (Miraftab, 2016). Nestes espaços, corpos, emoções, vivências, rituais, culturas, cosmovisões e linguagens não precisam ser esterilizadas e contidas e as práticas de autogestão e produção de comuns podem ser ensaiadas sob formas mais radicais e inclusivas de democracia. Aludimos a isso ao resgatarmos o conceito de experimentalismo democrático que voltou ao debate, depois de ter sido lançado em 2011/2012 em uma fase política bem diferente da atual.

3. EXPERIMENTALISMO OU EXPERIENCIALISMO DEMOCRÁTICO

O experimentalismo democrático contém um apelo incontestável, possivelmente devido ao nível de insatisfação despertado pela “democracia real” (Giannella, 2023), evidenciando a discrepância entre as promessas e o que ela consegue entregar. Cabe salientar que a noção de experimentalismo democrático vem sendo declinada de formas e com nuances distintas; devido

aos limites de espaço, as sintetizamos aqui reconhecendo uma vertente que interpreta o experimentalismo relacionado à dimensão institucional da democracia e às perspectivas de reforma da estrutura constitucional da política e do Estado (Dorf & Sabel, 1998; Unger, 2011; Gasparido, 2018); já as práticas de “*problem-solving*”, no campo dos “*public affairs*” e da governança democrática, nos mostram outra vertente, não totalmente separada da primeira, associada às múltiplas e eventualmente contraditórias abordagens teóricas que sustentam o próprio *problem-solving*: desde a escolha racional até o pragmatismo ou as abordagens relacionais (Schön, 1984; Dorf & Sabel, 1998; Ansell, 2011).

No entanto, o nosso interesse está na aproximação de práticas insurgentes sociocentradas em sua grande variedade e diferentes gramáticas, considerando-as processos investigativos e de aprendizagem com potencial de ampliar os cânones da participação democrática. O que chamamos de práticas sociocentradas ou “experiências públicas” (Peres, 2020; Giannella, 2020; 2023) escapa e/ou amplia as fronteiras da ação institucionalizada, assim como ultrapassa (sem negar) a finalidade primeiramente instrumental das práticas de *problem-solving*. “As práticas individuais e coletivas insurgentes são um fato biológico e existencial, antes de serem políticas; para nós são a manifestação elementar do direito à vida e à cidade dos seus habitantes mais pobres e desfavorecidos” (Paba et al., 2002, p. 5, tradução nossa). Reconhecemos nestas práticas o que Dewey (2010) preconizava sobre democracia como “forma de vida”, a ser praticada e alimentada (para poder ser fortalecida e ultrapassar as suas crises) em todo e qualquer contexto coletivo, desde a família, escola, associações de bairro etc. Elas abarcam jeitos de performar a ação política a exemplo de: os “*Occupy*”, “mobilizações dos indignados”, marchas anticolonialistas de mulheres e povos/comunidades tradicionais, coletivos e grupos que, independente de quão visíveis sejam, seguem tecendo ações capilares e essenciais em seus territórios. Apesar de sua relativa volatilidade e da dificuldade em demarcar seus contornos, essas práticas produzem, diariamente, acesso a direitos historicamente negados, experiências autônomas de gestão de comuns e, no geral, uma ampliação efetiva da

cidadania real. Nisso se destaca a mobilização autônoma de sujeitos dispostos a se empenhar para o tratamento de algo considerado problema, buscando avançar coletivamente em direção à reconfiguração do mesmo (Dewey, 1927).

Ora, ensejando um *link* entre reflexão macro e micro (dos limites do nosso modelo de democracia de baixa intensidade até como, concretamente, essas práticas democráticas conseguem ampliar os limites da primeira), propomos o conceito de “experiência integral e pública” como capaz de iluminar e interpretar características marcantes e transversalizadoras que observamos, não apenas no caso aqui apresentado, mas em inúmeras experiências, em contextos urbanos e rurais (Giannella, 2018; Peres, 2020; Lima, 2022). Para aprofundar tal conceito, iniciamos diferenciando “experimento” e “experiência” (Giannella, 2023). O experimento, com sua pretensão de reprodução de dado fenômeno, replicabilidade e controle sobre fatores pré-determinados, ilustra paradigmaticamente características marcantes do modelo de ciência positivista (Ansell, 2011). Já a noção de experiência (Bondía, 2002) se fundamenta em sua unicidade e subjetividade; ela não remete a algo que acontece, mas sim que nos acontece e nos afeta. Mesmo diante do mesmo “fato”, a experiência é única para cada sujeito. A reconstrução das diversas experiências do mesmo fato pode contribuir ao conhecimento deste em sua multidimensionalidade (Bondía, 2002).

A reflexão sobre experiência tem sido vasta e variada, em especial na América Latina, buscando reintegrar dicotomias separadas pela ciência positivista: corpo-mente, emoção-razão, matéria- espiritualidade... (Fals Borda, 2012; Escobar, 2014, dentre outros). A ideia de reconectar o que foi longamente considerado apartado e antagônico (o sentir e o pensar) é pertinente à construção de fundamentos alternativos e inclusivos da multiplicidade e das diferenças dos sujeitos, em sua complexidade tramada por vivências corporalizadas, culturas e cosmovisões (muitas vezes subalternizadas ou invisibilizadas). O conceito de experiência também nos remete a uma abordagem de cunho pragmatista, nomeadamente a de John Dewey, que faz da experiência o cerne de uma visão em que a democracia se entrelaça à educação. Em particular, no livro “Arte como Experiência” (2010

[1934]), Dewey nos traz uma compreensão da “experiência artística” como aquela em que um sujeito vivencia uma total integração entre o perceptível, o mental e o emocional. Ele fala de “qualidade estética da experiência”, que não diz respeito ao fato de ser convencionalmente ligada ao mundo das artes. Estética é aquela experiência em que se verifica a integralidade. “Nessa situação em que meios e fim – autodeterminados e autogerenciados – não se separam e em que o conhecimento passa pelo corpo e pelas emoções, acontece, conforme Dewey, a experiência singular e plena, a qual alcança a sua original dimensão estética” (Giannella, 2023, p. 8). O que nas “metodologias integrativas” (Giannella et al., 2011) é definido como integrativo, Dewey chama de estético.

Ao pesquisarmos práticas insurgentes de teias, coletivos e redes, a dimensão estética – ou integrativa – se revela crucial para alimentar a motivação para a experiência pública. Aqui vale ressaltar que ao atribuímos a noção de pública ao conceito de experiência implicamos que, mesmo reconhecendo a incontornabilidade da sua dimensão psicológica, não é essa (a da psicologia) a lente que nós usamos para ler e interpretar ela. O que nos interessa é que, em uma fase de renovada esperança no potencial de regeneração e inovação da participação contemporânea, possamos produzir uma indagação sobre as suas possíveis gramáticas, reconhecendo o papel fundante da experiência, isto é, da presença integral dos sujeitos (com seus corpos, cores, tendências sexuais, espiritualidades, culturas, racionalidades, interesses etc.), sem pretender neutralizá-las e esterilizá-las. A importância dessa possibilidade de integralidade da presença e da ação dos sujeitos vai junto com a afirmação da sua autonomia no autogerenciamento de fins e meios como matrizes marcantes dos casos observados e, em hipótese, como marcas caracterizadoras das experiências democráticas inovadoras que observamos (Giannella, 2023).

Sob a lente das práticas participativas emergentes ou insurgentes, as experiências públicas evidenciam algumas características transversais que aqui apontamos: (1) são radicalmente sociocêntricas, compostas por um conjunto em movimento de atores, em que o “eu” experimenta o “outro”; (2)

voltam-se à exploração de alternativas às formas de convivência dominantes, à identificação de problemas e a possíveis soluções através da criação de arranjos sociotécnicos situados e colaborativos (Moraes & Parra, 2020; Giannella & Martins 2020); (3) afirmam a não separatividade e interconexão entre corpo e mente, teoria e prática, projeto utópico e prática política do presente e; 4) negam o Estado como centro necessário da ação política.

É desde os aportes do experimentalismo democrático - enriquecidos pela reflexão sobre as experiências públicas - que temos desconstruído e reconstruído compreensões e definições em torno das experimentações democráticas. Nossa lente epistêmica provém de perspectivas decoloniais e pós-coloniais, imprescindíveis para a justiça cognitiva na apreensão de práticas do Sul global, porém integrando autores do Norte geográfico que contribuem para desconstruções conceituais ou mesmo que compõem o Sul epistêmico. Neste percurso, partimos de uma distinção entre “experimento” - canonicamente entendido sob princípios cartesiano-positivistas - e “experiência”, descrita como algo absolutamente subjetivo e singular, cientificamente incognoscível (Bondía, 2002). Como pluralizar semanticamente e ressignificar tais conceitos de modo que abarquem outras realidades e que estas possam ser enriquecidas por novos sentidos e interpretações? Nos interessa aprofundar como as experimentações democráticas são qualificadas por experiências públicas, integrando e ressignificando conceitos outrora antagônicos em uma abordagem positivista: a experiência pública – como vivência e fruição, simultaneamente individual e coletiva e passível de exteriorização de seus conteúdos subjetivos e objetivos – com a experimentação social que adquire, em uma abordagem pragmatista, atributos de “provisória, probatória, criativa e construída em conjunto” (Ansell, 2011, p. 13). Entendemos que a experiência pública passa a ser experimentação democrática quando surge o desejo de “vivê-la de novo”, entender como ela se deu e sistematizá-la com vistas à sua reaplicação – nunca replicação – a partir das características de cada contexto e sujeitos, possibilitando avaliações e aprimoramentos na sua continuidade e podendo até mesmo constituir conteúdos ou protótipos para políticas públicas.

A partir deste conjunto de considerações, reflexões e proposições, apresentaremos a seguir uma descrição reflexiva do CPEC como experimentação democrática, buscando compreender suas motivações, dinâmicas e aprendizagens legadas.

4. CONGRESSO POPULAR DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA (CPEC)

O CPEC não pode ser compreendido fora do contexto em que emerge. Porto Alegre foi referência mundial em inovações públicas democráticas na virada do século, porém seguiram-se anos de descaso com a cidade, estagnação econômica e aumento vertiginoso da violência. Em 2016 a cidade figurou entre as 50 com maior número de homicídios do mundo. Esta última década demarcou também uma ativação da cidadania através da emergência de inúmeros coletivos, fenômeno presente em várias partes do mundo (Pleyers, 2010, 2018; Hoffmam, 2020; Gaiger, 2020). Pesquisas anteriores (Ferrarini, Pereira & Müller, 2020; Ferrarini, 2022) revelaram que os coletivos em Porto Alegre não se configuram como fenômenos isolados, mas compõem redes mais ou menos estruturadas que oportunizam processos amplos de conexões, ações e aprendizagens.

O CPEC foi uma iniciativa de dois coletivos cidadãos de Porto Alegre. O primeiro é o Poa Inquieta, criado em 2017 e atualmente composto por cerca de 1.000 pessoas (ativistas, profissionais liberais, funcionários e gestores públicos, acadêmicos, empreendedores etc.) articuladas em rede através de grupos de Whatsapp sobre variados temas (sustentabilidade, educação, política, inovação social e diversidade etc.) e de rodas de conversa remotas e presenciais. Sua finalidade é “promover a articulação de pessoas, recursos e iniciativas para a transformação local a partir de princípios de inclusão, diversidade, criatividade e sustentabilidade” (Ferrarini, Freitas & Paz, 2022). Sua concepção de transformação social com redução de desigualdades levou ao direcionamento de ações a territórios periféricos, cujo marco foi uma roda de conversa realizada em 2019 na comunidade Alameda, a qual redundou numa ação coletiva de restauração de uma praça abandonada. O trabalho conjunto e os vínculos de confiança criados levaram os moradores envolvidos

a se mobilizarem para a criação de uma associação que denominaram “Alameda Inquieta”. A segunda ação foi inspirar e fomentar a criação do POnTA Cidadania, um coletivo formado por mais de 50 organizações periféricas e pessoas que querem cooperar para uma Porto Alegre mais inclusiva e justa através de trocas, ajuda mútua para fortalecimento dessas entidades. O “POnTA” foi o coletivo cocriador do CPEC.

Desde o começo, havia a proposição do CPEC ser um congresso, apropriando-se do conceito normalmente restrito ao meio acadêmico ou corporativo e o ressemantizando a partir do adjetivo popular, na direção de uma construção coletiva de práticas e conhecimentos múltiplos sobre a cidade. Já a educação para a cidadania afirmava a centralidade de uma educação como processo de reflexão crítica e protagonismo social/local. A primeira versão do CPEC partia de um conjunto de temas para pensar a cidade. Entretanto, o CPEC se transformou num laboratório vivo (Magalhães, Andion & Alperstedt, 2020; Moraes & Parra, 2020) e foi totalmente cocriado em sua finalidade, temas e metodologia. Para o acompanhamento da dinamicidade deste laboratório vivo procedemos a entrevistas semiestruturadas individuais e grupais com doze organizadores, aqui identificados com nomes fictícios (membros dos coletivos protagonistas, sendo cinco das comunidades periféricas envolvidas). As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e novembro de 2023 após atividades de cocriação ou, no caso de participantes periféricos que não compunham o grupo de trabalho, indo até as próprias comunidades. Tratou-se de uma amostra intencional que primou pela diversidade de engajamento e posicionamentos. Outras fontes de dados foram: análise documental de relatos, avaliações e registros audiovisuais. Por fim, nos valem de registros sensoriais e escritos oriundos da participação observante (Wacquant, 2002).

A pesquisa revelou que o CPEC não começou com a elaboração do projeto, mas com a construção de vínculos de afeto e confiança, imprescindíveis para que o caráter “popular” não aludisse apenas ao local onde o Congresso aconteceu, mas ao fato dele ter sido realizado com as pessoas que lá vivem. A ideia foi lançada em 2021, mas para o líder

comunitário José, “o Congresso Popular começou em 2019 na Alameda, quando o Poa Inquieta entrou numa escola da comunidade. O fura-bolha não começou agora. Na Alameda a gente falava a mesma língua. O Congresso é só uma forma de maximizar o que fizemos naquela sala.”

A cocriação se deu em 2022 ao longo de seis meses através de três pré-congressos (março, maio e agosto), os quais reuniram cerca de 200 pessoas (lideranças comunitárias, alunos de escola pública, acadêmicos, gestores públicos e empreendedores), num diálogo de saberes mediado por rodas de conversa. De forma reflexiva e vigilante, o cuidado para que vozes usualmente silenciadas pudessem falar era sempre alvo de atenção redobrada. “Não basta nos sentarmos em roda, supondo que nossa posição física igualitária eliminará as desigualdades” (Ferrarini, 2023). Por isso, o corpo e a emoção foram mobilizados em todos os encontros através de breves atividades de meditação e artísticas, as quais viabilizaram a criação de um ambiente afetivo, de escuta ativa e propício à troca. Autocensuras e eventuais julgamentos sobre quem sabe e quem não sabe, quem pode falar e quem não tem este poder, foram se reduzindo. Neste processo, o objetivo do CEPC foi assim definido: “um espaço de construção colaborativa para a (trans)formação de cidadãos ativos e de uma sociedade inclusiva, democrática e sustentável”. Como objetivos complementares: escutar as vozes das periferias; articular uma rede de cooperação entre toda a sociedade; estimular a participação de representantes comunitários em espaços de decisão e iniciar um processo de (trans)formação cidadã.

Escutar as vozes das periferias foi possível através de 25 rodas de conversas e das referidas técnicas, as quais envolveram cerca de 700 participantes e de uma programação artística em três comunidades periféricas de Porto Alegre durante os três dias do Congresso (dias 26, 27 e 28/08/2022) na Vila Planetário, Morro da Cruz e Bom Jesus. Foi oferecido transporte, refeições e caneca do evento. As rodas contaram com o trabalho de aproximadamente 70 mediadores e relatores oriundos do meio acadêmico e das comunidades, atuando conjuntamente. A realização foi fruto de um trabalho totalmente voluntário de cerca de 30 pessoas (mais ativas) divididas

em equipes responsáveis pelas áreas de gestão, comunicação, captação de recursos e metodologia. O recurso partiu do zero, tendo sido captado por doações de universidades, empresas e pessoas físicas, além de crowdfunding. Os/as artistas periféricos/as foram remunerados/as, assim como artesãos locais que expuseram na feira do Congresso.

As atividades foram organizadas de modo que as pessoas pudessem escolher os temas das rodas, cobrindo quatro eixos temáticos: inclusão social; educação ambiental; trabalho e; cultura e arte. A metodologia se valeu de três perguntas mobilizadoras das rodas, aplicadas a cada eixo: 1) Que cidade (território ou comunidade) temos? 2) Que cidade queremos? 3) Como chegar lá? Após as rodas, os participantes carimbavam um Passaporte Cidadão com a cor do eixo que participaram, simbolizando seu atravessamento das várias temáticas e as reflexões realizadas, visando uma cidadania mais integral e ativa.

Após o término do 1º CPEC os ativistas organizadores não sabiam se haveria o segundo, mas ele aconteceu, mantendo o protagonismo da diversidade de sujeitos integrais em diálogo e convergindo para a finalidade comum de desbravar experiências educativas inovadoras e inclusivas para a construção de uma cidadania mais plena em Porto Alegre. Em 2023 foram realizados seis eventos (quatro pré-congressos, o congresso em si e um pós-congresso), totalizando 10 eventos em dois anos, os quais envolveram outras cinco comunidades periféricas e cerca de 2.000 pessoas. Em 2023, a metodologia incluiu a realização de uma “grande roda”, com a presença de gestores públicos e intelectuais, em conjunto com lideranças locais dos coletivos e comunidades envolvidas. Numa delas tivemos a presença do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, assim como de secretários municipais e estaduais. Além disso, aproveitando o evento Fronteiras do Pensamento na cidade, o filósofo norte-americano Michael Sanders e o arqueólogo britânico David Wengrow estiveram presentes nas grandes rodas. Estas alterações causaram algum desconforto no coletivo, não pela mudança em si, mas porque não foram fruto de uma iniciativa pessoal e voluntarista, sem discussão interna. Outra alteração foi a remuneração mensal

de duas lideranças comunitárias para se dedicarem parcialmente à organização do CPEC. Ademais, foi fechada uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação que proveu alguns recursos, além da garantia das outras doações para o ano de 2024. Tanto os conflitos por atuações voluntaristas quanto os desafios inerentes à gestão de recursos conduziram à necessidade de criação de um Conselho do CPEC para a governança democrática.

Estas evoluções nos colocam indagações sobre o caminho da institucionalização: ela reduzirá o elã participativo? Há o risco de engessar a participação espontânea, às vezes caótica, mas apaixonada e eficiente? Ou se tornará uma ferramenta indispensável para a democracia interna?

5. TRANSFORMAÇÕES, APRENDIZAGENS E DESAFIOS

Considerando a experiência vivida e as lentes teóricas aqui utilizadas, o que o CPEC pode ensinar sobre os limites e potências das experimentações democráticas sociocentradas? E que pistas pode deixar para este novo ciclo de participação democrática no Brasil?

O primeiro aspecto que nos chama atenção é que o CEPC, em conjunto com tantas outras iniciativas em Porto Alegre, nasceu fora das instituições como retomada de um ciclo democrático na cidade. Esta via de ação “para além” do Estado reivindica a chance de aprofundamento democrático ou radicalização da democracia (Brancaleone e Mello, 2017; Pleyers, 2018 apud Oliveira, 2021) e, no entanto, recebeu pouca atenção dos estudiosos de movimentos sociais, participação e democracia nos últimos anos (Oliveira, 2021, 2022; Souza, 2010). Isso depende, em nossa leitura, de uma visão arraigada que atribui o monopólio da ação política ao Estado e, por consequência, reconhece relevância e destaque aos movimentos sociais de preferência quando interagem com ele (Zibechi, 2007; Oliveira, Ferrarini & Dowbor, 2023). Move desta constatação o primeiro aspecto destacado na análise do CPEC, que identifica a relativa *invisibilidade* desta prática, ou seja, o não reconhecimento de seu valor e de suas apostas teórico-práticas quando não assume o formato tradicional da relação Estado-sociedade.

Não será hora de mudar a nossa forma de olhar e concentrar toda a atenção a essas invisibilidades que escapam à conceitualização acadêmica, mas que estão mostrando suas potencialidades quando se trata de mudar o mundo? (Zibechi, 2007, p. 52)

Não será hora de mudar a nossa forma de olhar e concentrar toda a atenção a essas invisibilidades que escapam à conceitualização acadêmica, mas que estão mostrando suas potencialidades quando se trata de mudar o mundo? (Zibechi, 2007, p. 52).

A organização alternativa [substantiva] surge como uma espécie de teatro onde cada um vive com os outros as relações afetivas e onde cada um, através do coletivo, está em busca de sua identidade pessoal (...) O indivíduo não se engaja somente no nível de suas competências profissionais, mas também de suas competências humanas (Outrequin, 1985, p. 38 apud Serva, 1996, p. 201).

O acionamento dos repertórios da cocriação se dá entre afetos, sonhos e divergências, requerendo a invenção de outra ética para lidar com os conflitos, o que nos remete ao segundo aspecto da análise, que é a *participação democrática*, dimensão essa testada internamente, no Congresso. Quanto aos *feedbacks* do público externo, identificamos uma avaliação geral de *sentir-se escutado*. Vários relatos colhidos destacaram a importância de poder falar abertamente das dificuldades vivenciadas na periferia (Vera, líder comunitária), ou do valor de poder escutar o que as pessoas pensam diretamente, pela voz delas (Ana, professora aposentada que coordenou rodas de conversa).

Em parte, a dimensão de *integralidade da experiência* - terceiro aspecto destacado na análise - contribuiu para esta escuta. A política “da vida real” - que prefigura e pratica novos futuros no cotidiano - é sustentada por sujeitos integrais em busca de uma alternativa à normatização, burocratização de procedimentos e repertórios que acabam por reproduzir lógicas, dinâmicas e discursos, assim como inibir capacidades de produzirem novas percepções, afetos e pensamentos.

A experiência integral, em conjunto com o espaço democrático das rodas de conversas, revelou o último aspecto analisado, a *transformação*

peçoal. Sob as bandeiras da universalidade e os determinismos presentes nos projetos emancipatórios da modernidade, o sujeito - justamente o sujeito do antropoceno - se manteve “escondido”. Como a construção de novos caminhos para o *fazer político* das populações periféricas e sua participação nas decisões da cidade em que vivem pode ser algo externo ao sujeito? É o caso relatado por Áurea (professora aposentada), que estava entrando em processo de depressão:

“no pré-congresso, quando eu ouvi as mulheres da [comunidade] Restinga falando, me deu uma energia. Me senti uma mulher guerreira. E quando eu coordenei a roda, me deu aquela força de ser aquela mulher que faz as pessoas se descobrirem... E eu voltei a estudar”.

São as pessoas que transformam os contextos, na medida em que se transformam, numa dinâmica iterativa. “A gente pode até não executar como a gente queria (...), mas mesmo imperfeito, no que é imaterial, [o Congresso] tem uma força gigante” (Carlos, articulador do coletivo Poa Inquieta). Esses efeitos imateriais costumam ser desprezados, em parte pela dificuldade de mensurá-los.

Quanto aos efeitos concretos, são inúmeros e também difíceis de identificar, dada a capilarização das conexões nas comunidades, mas trazemos um exemplo relatado pelo José e pelo João (membros dos coletivos e lideranças periféricas). Em conjunto com professores de uma universidade que participaram do CPEC eles criaram a Academia de Líderes Sociais, uma formação acadêmica extensionista com diploma universitário construída *com* e *para* os moradores de comunidades periféricas, pautada no reconhecimento das práticas e saberes que eles possuem. José relatou que muitas mulheres tinham vergonha de se apresentarem na roda de conversa apenas como donas de casa. Esta certificação significou muito para moradores das comunidades.

Outros resultados concretos foram as repercussões na política pública através da participação de gestores públicos e pelo CPEC passar a compor uma ação do Programa Cidade Educadora. No nosso entendimento, entretanto, o potencial da metodologia e da estratégia de mobilização gerada pelo CPEC no sentido da democratização da cidade é bem maior. A

mobilização por lideranças das comunidades, o uso de espaço de escolas públicas ao final de semana com o chamamento de estudantes e familiares e as rodas de conversa orientadas pelas três perguntas e apoiadas por metodologias integrativas compõem um dispositivo acessível e que pode ser um protótipo para diagnósticos e planejamentos participativos de políticas públicas.

Assim como tantas outras experimentações democráticas sociocentradas emergentes na contemporaneidade, o CPEC, como laboratório vivo, inspira inovações sociais de ampliação do fazer político e da participação cidadã para a democratização de políticas públicas neste novo ciclo participacionista no Brasil. Esta inspiração claramente pode ocorrer tanto pela construção metodológica quanto pelo conteúdo a ser sistematizado e entregue aos poderes executivo e legislativo, empresas e organizações e às próprias comunidades, indicando caminhos para políticas públicas e investimentos que contemplem a cidade em sua totalidade.

6. REFLEXÕES FINAIS

Assim como tantas outras experimentações democráticas sociocentradas emergentes na contemporaneidade, o CPEC, como laboratório vivo, inspira inovações sociais de ampliação do fazer político e da participação cidadã para a democratização de políticas públicas neste novo ciclo participacionista no Brasil. Esta inspiração claramente pode ocorrer tanto pela construção metodológica quanto pelo conteúdo a ser sistematizado e entregue aos poderes executivo e legislativo, empresas e organizações e às próprias comunidades, indicando caminhos para políticas públicas e investimentos que contemplem a cidade em sua totalidade.

Este trabalho se moveu da constatação da crise democrática que assola o nosso tempo e focou o contexto brasileiro em um momento de renovadas esperanças pela retomada de um projeto democratizante e participativo, abraçando o compromisso com a busca de estratégias eficazes para a sua efetivação e ampliação. No Brasil, desde a saída da ditadura até o presente, a principal estratégia de ampliação dos cânones democráticos foi a construção

de IPs, a qual teve resultados importantes, mas também limites evidentes. Constatamos que, talvez, tenha chegado a hora de reconhecer o caráter estrutural desses limites e o quanto de experiência social potencialmente democratizante fica fora do seu alcance.

Neste sentido, a análise do CPEC revelou, como crucial para o êxito da iniciativa, a construção de uma teia de afetos e pertencimentos e o envolvimento de sujeitos integrais, reconhecidos em suas diferenças e autonomia. O diálogo com o conceito de experiência integral e pública nos pareceu capaz de iluminar e contribuir para uma interpretação não apenas acessória dessas dimensões, as quais, pelo contrário, parecem estar no cerne da ação de uma forma de fazer política muito própria do momento presente. A adesão e o compromisso com ela (política) se dão a partir da possível inclusão de cada sujeito em sua integralidade, aludindo às múltiplas e inseparáveis dimensões tradicionalmente separadas pela cultura ocidental e colonialista. São elas as do corpo e mente, emoção e razão, natureza e cultura, materialidade e espiritualidade, tudo isso atravessado pelas marcas biopolíticas de raça, gênero, desabilidade etc., assim como por marcadores sociais que interconectam e complexificam as relações entre estas dimensões. Tais experiências integrais e públicas nos parecem qualificar a noção de “experimentalismo democrático” como movimento por novas formas de saída da crise democrática, que dá centralidade à dimensão da experiência individual e coletiva, recusando a ideia de que devam ser depuradas e esterilizadas de tudo que escapa à racionalidade instrumental e tecnicista para poder acessar o espaço público.

Por fim, este esforço de análise do CPEC se mostrou complexo pela novidade do fenômeno e pela impossibilidade de compreendê-lo fora de uma rede de experimentações inovadoras que geram conexões e encontros entre sujeitos e grupos sociais, ensejando novas ações coletiva por afinidades. Formas emergentes de experiência pública exigem análises sensíveis e cuidadosas, bem como atentas às especificidades dos contextos, o que dificulta extrapolações e comparações simplórias e pede cautela na aplicação de categorias de análise, tanto tradicionais quanto contemporâneas. A nossa

análise nos leva a propor que o CEPC é uma experimentação democrática produzida através da participação cidadã para além das fronteiras da institucionalidade, que atualmente enfrenta um processo ainda incerto de autoinstitucionalização e que pode representar um protótipo para processos futuros de escuta territorial e envolvimento local em processos sociocentros de construção de políticas públicas.

Reconhecemos o desafio envolvido na tentativa de materializar um espaço de relação e troca entre partes da cidade que dificilmente se relacionam ou, se o fazem, é a partir de preconceitos e estigmas difíceis de se desnaturalizar. Reconhecemos a dificuldade gigante de pautarmos uma efetiva complementaridade de saberes, os acadêmico-científicos e os populares, tradicionais, fincados em ancestralidades e elos culturais muitas vezes resistentes e re-existent aos processos de desenraizamento decorrentes da urbanização.

Por fim, nos limites destas notas, reconhecemos a interrogação referente à relação entre produtos materiais e imateriais desta experiência: é suficiente ela ter possibilitado a presença integral e a escuta ativa de tantos diferentes, entre os quais muitos sujeitos tradicionalmente silenciados e invisibilizados na dinâmica urbana? Quais as entregas efetivas deste processo com relação aos campos de políticas públicas mais prementes, justamente para estes atores e seus locais de vida? Certamente, as conquistas imateriais foram significativas, mas, por enquanto, as entregas materiais, ou seja, o impacto direto na reformulação de políticas públicas, não são o que mais chama atenção desta iniciativa. A nossa aposta é que a rede subterrânea de vínculos sociais e capacidades sociopolíticas que foram construídas no CPEC estarão na base de uma geração de inovações democráticas em Porto Alegre no rumo de fazer da democracia uma experiência individual e coletiva de cada dia.

REFERÊNCIAS

Ansell, C. (2011). *Pragmatist democracy: evolutionary learning as public philosophy*. Oxford, UK: Oxford Scholarship Online.

Avritzer, L. (2011). "A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação". In: Pires, R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea.

Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20-28. Recuperado em 13 abr. 2023. <https://bit.ly/3Vehpp9>

Brancaleone, C. & Mello, R. C. (2017). Movimentos sociais contemporâneos e a democracia para além do Estado: hipóteses para o debate. *Gavagai*, 4(1), 41-68. <https://doi.org/10.36661/2358-0666.2017n1.8992>

Brasil (2012). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Projeto de apoio Diálogos setoriais Europa Brasil. *Relatório participação social na administração pública federal: desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação*. [Brasília, DF].

Cunha, E. M. et al. (2011). "Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos". In: Pires, R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea.

Dagnino, E. (2004). Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, 5, 139-164. <https://doi.org/10.5007/%25x>

Dewey, J. (2010). *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1927). *The Public and its Problems*. New York: Holt.

Diamond, L. (2015). Facing up to the democratic recession. *Journal of Democracy*, 26(1), 141-155. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/facing-up-to-the-democratic-recession/> Acesso em: 17 mar. 2024.

Dorf, Michael C. and Sabel, Charles F. (1998) A Constitution of Democratic Experimentalism. Cornell Law Faculty Publications. 120. <https://scholarship.law.cornell.edu/facpub/120>

Escobar, A. (2014). *Sentipensar com la Tierra: Nuevas Lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Universidad Autónoma Latinoamericana/UNAULA. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/escpos-unaula/20170802050253/pdf_460.pdf Acesso em: 17 mar. 2024.

Gianella & Ferrarini. Cocriação de espaços políticos entre diferentes: uma experimentação democrática em Porto Alegre.

Fals Borda, O. (2012). El problema de cómo investigar la realidad para transformarla por la praxis. In: Herrera, F. A. & López, G. L. (orgs) *Ciencia, compromiso y cambio social*. Buenos Aires: El Colectivo - Lanzas y Letras - Extensión Libros.

Ferrarini, A. V. (2016). Corpo e emoção na produção de conhecimento científico: uma experiência de pesquisa sociopoética com trabalhadores da economia solidária. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpo, Emociones y Sociedad*, 21, 80-92. Recuperado em 17 mar. 2024. <https://www.redalyc.org/pdf/2732/273246916006.pdf>.

Ferrarini, A. V. (2022). Colectivos y redes: caminhos colaborativos para a participação cidadana em Porto Alegre. In: Muñoz, M. A.; Gracia, M. A. et al. *Trabajadoras y trabajadores: organización, subjetividade y políticas para la reproducción de la vida*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 47-58.

Ferrarini, A. V. (2023). Quando o essencial é invisível aos olhos: o 2º Congresso Popular de Educação para a cidadania será realizado em 2023. *SLER: Rede Social para ler e Escrever*. Recuperado em 17 set. 2023. <https://www.instagram.com/p/CsD8kJ5OJHa/?igshid=MTc4MmM1Yml2Ng==>.

Ferrarini, A. V.; Pereira, A. & Müller, E. (2020). Casas colaborativas de Porto Alegre: territórios de experimentação. *Anais do VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: saúde, corpos e poder no cenário latino-americano*. São Leopoldo: UNISINOS.

Ferrarini A.; Freitas, C. K. & Paz, C. (2022). O Coletivo POA inquieta e a política do cotidiano. *Anais do VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: Novos ativismos e protagonistas na reinvenção da solidariedade social*. Porto Alegre: UNISINOS.

Ferreira, J. (2021) *Por Terra e Território*. Caminhos da Revolução dos Povos no Brasil. Arataca (BA): Teia dos Povos.

Gaiger, L. I. G. (2020). Reciprocidade e os coletivos de auto-organização da vida comum: uma resposta ao capitalismo de crise. *Otra Economía*, 13(24), 3-24.

Gaspardo, M. (2018). Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. In: *Estudos Avançados*, 32(92), 65-88. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180006>.

Giannella, V. (2018) Perspectivas e desafios da participação em tempos de crise democrática. *Revista Nau Social*, 9(16), 91-106. <https://doi.org/10.9771/ns.v9i16.31408>.

Giannella, V. (2020). A democracia em disputa In.: *Uma nova democracia para o século XXI?* Torruella, J. B., Martins, S. & Pineda, C. N. (Orgs.) - Viçosa: Martins. Cap. 20, 302-326. Recuperado em 17 mar. 2024.

<https://www.ippds.ufv.br/wp-content/uploads/2020/11/LIVRO-UMA-NOVA-DEMOCRACIA-PARA-O-SECULO-XXI-revis%C3%A3o-final-12-11-2020.pdf>.

Giannella, V. & Martins, F. de O. (2020). Tecendo elos no limiar da pandemia: laboratórios do comum e experiências públicas para a gestão social de territórios. In: Carneiro, A. et al. *Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia*. Salvador: EDUFBA, 209-225. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33160/1/estado-sociedade-sob-olhares-interdisciplinares-RI.pdf> Acesso em: 17 mar. 2024.

Giannella, V.; Araújo, E. & Oliveira Neta, V. (2011). As Metodologias Integrativas como caminho na ampliação da esfera pública. In: Schommer, P. C.; Boullosa, R. F.. (Orgs.). *Gestão Social: Metodologias Integrativas. Tecendo Saberes e Ampliando a Compreensão como Caminho para a Redefinição da Esfera Pública*. Florianópolis: Editora UDESC, 1, 139-164.

Hoffman, F. (2020). Entre crise e crítica: os coletivos como novos sujeitos políticos e a reconstrução da democracia. *Disciplinarum Scientia* Santa Maria, 16(2), 15-29. <https://orcid.org/0000-0002-2211-9139>

Lima, N. R. A (2022). *Teia dos Povos e suas articulações de lutas territorializadas: reflexões sobre território e autonomia na perspectiva das redes de movimentos sociais* / Porto Seguro, 2022. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Sul da Bahia: Porto Seguro.

Levitsky, S. & Ziblatt, D. (2018). *How democracies die*. New York: Penguin Random House.

Magalhães, T.; Andion, C. & Alperstedt, G. (2020). Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. *Cad. EBAPE.BR*, 18, 681-696. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190159>.

Martins, S. (2015). O exercício da democracia em conselhos de políticas públicas. *Tese de doutorado*. Belo Horizonte: UFMG.

Mignolo, W. D. (2014). Democracia liberal, camino de la autoridad humana y transición al vivir bien. *Soc. estado*. 29(1), 21-44. Recuperado em 17 mar. 2024. <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5862>.

Miraftab, F. (2016). Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. (Online)*, 18(3), 363-377.

Moraes, A. & Parra, Z. M. (2020). Laboratórios do Comum: experimentações políticas de uma ciência implicada. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação – SESC/SP*, 10, 113-139. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/61037>.

Oliveira, G. M. (2021). "Caminhar perguntando: para além, apesar ou com o estado? A construção de autonomias nos movimentos de economia solidária de Brasil e México. *Tese de doutorado em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS*.

Oliveira, G. M. (2022). Avivar a autonomia: movimentos sociais e experimentações democráticas para além do Estado. *Rev. Direito e Práx.*, 20(10), 1-29.

Oliveira, G. M.; Ferrarini, A. V. & Dowbor, M. W. (2023). Economía solidaria y hacer político de los movimientos sociales. *Revista Mexicana de Sociología*, 85(1), 9-38.

Paba, G. et al. (2002) *Insurgent City; Racconti e geografie di un'altra Firenze*. Materiali del Progetto di ricerca del Lapei. Dipartimento di Urbanistica e Pianificazione del Territorio dell'Università di Firenze. https://www.academia.edu/8923327/Firenze_insurgent_city_prima_parte.

Peres, J. L. P. (2020). Reinterpretando o fluxo de políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF. 2020. *Tese de doutorado*. Brasília: UNB.

Perez, O. C. (2010). A representação em arenas extraparlamentares: os Conselhos Gestores de Políticas Públicas. *Tese de doutorado*, São Paulo: USP.

Pleyers, G. (2010). *Alter-Globalization. Becoming Actors in the Global Age*, Cambridge, Polity Press. Recuperado em 17 mar. 2024. https://www.researchgate.net/publication/281491983_Alter-Globalization_Becoming_Actors_in_the_Global_Age_Cambridge_Polity_2011.

. (2018). *Movimientos sociales en el siglo XXI*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. Recuperado em 17 mar. 2024. https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181101011041/Movimientos_sociales_siglo_XXI.pdf.

Santos, B. S. (Org.) (2009). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Serva, M. (1996). Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações. *Tese de Doutorado em Administração da EAESP/FGV*.

Schön, D. A. (1984) *The Reflective Practitioner: How Professionals Think In Action*. New York, Basic Books.

Silva, M. K. (2001). Construção da "participação popular": Análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. *Tese de doutorado*, UFRGS.

Souza, M. L. (2010). Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades*, 7(11), 13–47. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2010v7n11.12223>.

Tatagiba, L. F. (2003). Participação, Cultura Política e Modelos de Gestão. A democracia gerencial e suas ambivalências. *Tese de doutorado*, Campinas: Unicamp.

Unger, R. M. (2011). A constituição do experimentalismo democrático. *Revista de Direito Administrativo*, 257, 57–72. <https://doi.org/10.12660/rda.v257.2011.8584>.

Wacquant, L. (2002). *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Recuperado em 17 mar. 2024. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7573912/mod_resource/content/1/Corpo%20e%20Alma.pdf.

Zibechi, R. (2007). *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Fondo Lima: Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, UNMSM. Recuperado em 17 mar. 2024. https://www.democraciaglobal.org/wp-content/uploads/Autonomias-y-emancipaciones_America-latina-en-movimiento.pdf.